



SESSÃO DE		27 / 02 / 2017
FAVOR		20
VOTAÇÃO CONTRA		0
ABSTENÇÃO		1
O Presidente		[Assinatura]

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

ATA Nº 7/2017

Aos vinte e sete dias do mês de novembro, de dois mil e dezassete, levou-se a efeito a Sessão Extraordinária da Assembleia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, pelas 20 horas, nas instalações da Universidade Sénior, sitas na Av. 25 de Abril, em Massamá, presidida por Manuel Lourenço Marques (Presidente da Assembleia), secretariada por João Paulo Henriques e em que o Executivo da Junta de Freguesia se fez representar pelo seu Presidente, Pedro Brás; -----

com a seguinte Ordem do Dia: -----

Ponto Único: Apreciação e votação da proposta para autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, referente à abertura do procedimento por Concurso Internacional para «aquisição de serviços de manutenção e conservação de espaços públicos ajardinados». -----

Assim, conforme indica a folha de presenças desta sessão, encontravam-se presentes 20 Vogais dos que compõem esta assembleia, pelo que dataram e assinaram a folha de presenças:-----

pela Bancada do Partido Socialista (PS): Manuel Lourenço Marques; João Henriques; Sandra Viegas; Antonieta Rosa Gomes; José Augusto Rocha de Melo; Ana Paula Simões de Carvalho; Sérgio Rodrigues; José Fernandes; Maria Adelaide de Sousa e Manuel Salvador Reis;-----

pela Bancada do Partido Popular CDS/PP: Maria de Fátima Vieira Cristelo de Campos; Carlos Miguel de Oliveira Saldanha e Luís Fernandes; -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

pela Bancada do Partido Social Democrata (PSD): Ana Paula Garganta e Maria Manuela Vilela; -----

pela Bancada do Partido Popular Monárquico (PPM): Sérgio Manuel Neves; -----

pela Bancada da Coligação Democrática Unitária: José António Coelho e Maria João Antunes; -----

pela Bancada do Bloco de Esquerda: José Alberto Barroso Dias e Rosa Pereira;-----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu a sessão, começando por dar as boas vindas ao Sr. Presidente e os membros do Executivo, a todos os Vogais da Assembleia de Freguesia (AF), à Mesa, aos colaboradores e ao estimado público presente. Recordou que, conforme tinha ficado definido na última assembleia, a ordem de trabalhos seria um Ponto Único, o qual tinha acabado por não ser aprovado na sessão anterior como ponto extraordinário. -----

Prosseguiu, passando a dar deferimento aos pedidos de substituição: -----

Pela Bancada do PS: a Vogal Sara Godinho foi substituída pelo Vogal Manuel Salvador Reis; -----

Pela Bancada do PSD: o Vogal Rui Coelho foi substituído pela Vogal Ana Paula de Sousa Pacheco Rocha Garganta e o Vogal João Cruz da Paixão (que apresentou um pedido de substituição por trinta dias a iniciar no presente dia 27) foi substituído nesta sessão pela Vogal Maria Manuela Umbelina Afonso Vilela; -----

Pela Bancada do PPM: o Vogal Manuel Barandas Salgado foi substituído pelo Vogal Sérgio Gregório das Neves. -----

Estabelecido o quórum entrou-se de imediato na ORDEM DO DIA. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) abriu a discussão ao Ponto Único: **Apreciação e votação da proposta para autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais para os anos de 2018, 2019,**

**Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão
2020 e 2021, referente à abertura do procedimento por Concurso Internacional para
«aquisição de serviços de manutenção e conservação de espaços públicos
ajardinados».** -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta da UFMMA (Pedro Brás) que iniciou a sua intervenção apresentando os cumprimentos a todos os presentes e votos de bom trabalho aos vogais que aqui se encontravam pela primeira vez, sinal da sua participação ativa. -----

O Sr. Presidente explicou que se estava a chegar ao fim do Concurso Público Internacional lançado há três anos e que termina em 2018. Explicou que, o pretendido pelo executivo, era iniciar o Concurso Internacional para os próximos três anos com a antecedência necessária, para que tudo corresse bem. Realçou que se tratava de um procedimento moroso, com a obrigatoriedade de respeitar prazos longos, pelo que se estava a tentar fazer, era iniciar a sua preparação, que para além das peças contratuais necessárias (o caderno de encargos e o programa) obrigava a outras questões, nomeadamente a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para lá do ano económico. -----

Prosseguiu, explicitando que a proposta incidia sobre a área atual de intervenção (cerca de 332.000 m²) protocolada com a Câmara Municipal de Sintra (CMS) no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências. Esclareceu que a proposta tinha um preço base associado, calculado a partir do valor transferido pela CMS – cerca de 864.000€/ano (oitocentos e oitenta e quatro mil euros/ano) para esta atividade – o que dava em média cerca de 0,22€/ m² (vinte e dois cêntimos por metro quadrado); estando aqui incluídos ainda outros encargos, nomeadamente, o consumo de água de rega e os investimentos em espaços ajardinados (e.g. substituição de material de rega, colocação de plantas ou até requalificações mais profundas), pelo que se estimava um valor de cerca de 255.000€ (duzentos e cinquenta e cinco mil euros) em investimentos. Explicou que assim se chegou a um valor base de cerca de 0,15€/m² (quinze cêntimos/m²), o qual seria incluído no

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Procedimento Concursal a lançar, que perfazia 1,8M€ (um milhão e oitocentos mil euros) para três anos de contrato. -----

Relembrou que, regra geral, sempre que há concursos desta natureza, as empresas concorrem apresentando valores mais abaixo, contudo, o concurso tinha de ser feito com o valor máximo que a junta estava disposta a pagar. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal José António Coelho da Bancada da CDU que começou por cumprimentar todos os presentes. Disse então que, não tendo assistido ao debate da sessão anterior, tinha tido algum conhecimento daquilo que ali se tinha tratado. -----

Defendeu então que, relativamente a adjudicação de serviços a empresas externas, não tendo a autarquia uma gestão direta, a sua bancada reiterava a sua discordância. De acordo com a CDU, o entregar a privados que irão ter lucro (pois não trabalham por altruísmo), significava que se estava a pagar acima do valor trabalho prestado, sendo, além disso, posta em causa a natureza do emprego que é criado. Defendeu ainda que o emprego público permite aos funcionários terem um vínculo; realçando que a maior parte destas empresas que concorrem a este tipo de concursos, além de porem em causa a qualidade dos serviços prestados (exemplificando com o caso das cantinas escolares que têm sido objeto noticioso), os trabalhadores são os mesmos pois o vínculo é precário e acabam a trabalhar na empresa que ganhar o concurso. Reiterou que se a sua bancada defende empregos com direitos e que se devem criar condições para que a autarquia tenha uma gestão direta, então o que deveria ser feito, em sua opinião, não era um concurso para três anos; o que se propunha era fazer um concurso para um ano e estudar-se as condições para ser a autarquia a fazer a gestão direta. Reforçou que, desta forma, se ia arrastando e mantinha-se a ilusão do custo (a exemplo dos três milhões que o estado gastou no aluguer de aviões para o combate a incêndios, que ao fazer-se as contas das horas de utilização ficou bastante mais

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

oneroso). Disse que, bastava as empresas combinarem entre elas quem ganhava que concurso e apresentarem sempre valores próximos daquilo que era o valor máximo. -----

Terminou a sua intervenção, afirmando que não via vantagem nenhuma na celebração deste tipo de contratos, pelo que a CDU defendia a gestão direta. Realçou ainda que aquilo que é público deve ter gestão pública, pois é a que oferece melhor emprego e melhores garantias aos trabalhadores. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Luís Fernandes da Bancada do CDS/PP que afirmou que se tinha acabado de assistir à delapidação do Código da Contratação Pública. Realçou que o Código ia ser revisto e iria entrar um novo em vigor no dia 1 de janeiro com regras ainda mais apertadas. Revelou a sua admiração com a intervenção da CDU, afirmando que, se havia algo que tendia a controlar e a tornar mais clara e transparente a contratação pública, era de facto o Código e que ter-se-ia de admitir que a tendência na função pública era fazer cada vez mais concursos transparentes com tendência para haver um reflexo na seriedade na avaliação subsequente. -----

Afirmou que lhe era difícil perceber como é que se poderia atribuir a uma junta de freguesia a gestão dos espaços verdes quando, na verdade, há empresas com essa capacidade e com as quais as juntas podem ter rigor e exigência através de concursos para os espaços públicos. Defendeu que as empresas existem, umas mais sérias que outras, realçando que quando há um concurso público é necessário apresentar uma série de declarações e de documentação que tendem a verificar se as empresas cumprem com as suas obrigações sociais e legais. Realçou que, também não duvidava que, neste concurso, tal venha a acontecer, porque não era possível outra coisa, pois estava-se a falar ao abrigo do CCP. Recordou que o Código tem a mais-valia de obrigar as empresas que querem concorrer a seguir as regras e serem honestas nas questões técnicas e subsequentes (contribuições ao estado e segurança social). -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Relativamente aos valores apresentados pelo Sr. Presidente, disse que gostaria de ver isso plasmado no documento apresentado às bancadas, assim como a AF gostaria de ter acesso às peças contratuais. Defendeu que seria lógico a AF ter acesso à explicitação do procedimento concursal sob a forma das suas peças em minuta, não pondo em causa a seriedade dada ao momento; assim, os vogais teriam inequivocamente a demonstração da complexidade e morosidade do Procedimento Concursal. Referiu então que, de acordo com as suas contas, baixar os valores de 0,16€ para 0,15€ já era um desafio, pois era necessário não esquecer que os espaços verdes se têm deteriorado e que irá a ser necessário fazer investimentos e tomar ações preventivas e de recuperação. -----

O Sr. Vogal concluiu, referindo que, relativamente à rega e ao momento que atravessamos, a sua bancada pensava ser importante a autarquia pugnar por políticas de poupança de água, pois num território de 332.000m², era importante que se pensasse introduzir e implementar alguns sistemas que permitissem a poupança de água. Recordou que nos países do norte da Europa se faz o aproveitamento das águas domésticas para a rega, salientando que em Portugal usa-se a água da EPAL para regar. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal José Barroso Dias da Bancada do BE. O Vogal iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. -----

O Vogal disse compreender a urgência do lançamento do concurso, não concordando no entanto que um serviço necessário e permanente seja subcontratado quando poderia eventualmente ser feito pelos serviços da própria junta, revelando a sua concordância com o Vogal da CDU. -----

Relativamente à desconfiança em relação aos concursos internacionais, disse que não poria em causa a honestidade das empresas, pois desconhecia; referindo que, contudo, têm havido muitas experiências pouco saudáveis. Questionou então se os 255 mil euros de investimento e água era um custo a somar aos 1,8M€, e portanto a diferença entre os 0,15€ do concurso e os 0,22€ protocolados com a CMS correspondia a esse

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

valor. (Ao que o Sr. Presidente do executivo respondeu que sim.) -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal José António Coelho da Bancada da CDU que, em resposta ao Vogal Luís Fernandes, asseverou que na sua intervenção não tinha posto em causa o Concurso Internacional. Reiterou que o que tinha defendido era o tipo de emprego – emprego com direitos. Recordou ainda que não tinha dito que as empresas não cumpriam as suas obrigações legais para com o estado, pois de resto, um concurso tem regras e os concorrentes têm de o respeitar; e isso a sua bancada não punha em causa. Concluiu, reafirmando que a questão de fundo era a natureza do emprego criado. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta da UFMMA (Pedro Brás). Começou por informar que, no âmbito do protocolo, e desde que a junta tem a responsabilidade do consumo de água, têm vindo a ser tomadas medidas de diminuição do consumo, garantindo que os espaços são tratados de forma adequada. Explicou ainda que foram feitos investimentos em material de rega automática; realçando que foram alterando comportamentos e tomando medidas que possibilitassem uma utilização mais eficiente e racional do uso da água. Deu nota que, o executivo tinha como objetivo para este mandato continuar a apostar nesta utilização sustentada da água para os espaços ajardinados com a incorporação de outro tipo de sistema de controlo (e.g. estações meteorológicas), existindo várias soluções no mercado para um uso racional e eficaz da água, sem pôr em causa a rega adequada. Garantiu então que tudo seria feito para poupar água, um bem essencial para todos nós. -

Recordou que o consumo de água tem vindo a baixar (como se podia verificar analisando os consumos do mandato anterior), fruto das medidas e investimentos já feitos. Recordou que estes investimentos tenderão a ter um ponto ótimo a partir do qual deixará de ser possível melhorar. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Relativamente à questão ideológica do serviço público, asseverou que também ele o defendia, contudo, existiam algumas considerações a tomar em conta, desde logo, esta era uma competência delegada (e a qualquer momento o município pode chamá-la a si). -

Defendeu que a promoção do trabalho público tem vindo a ser feita, com a contratação de pessoas em face das necessidades. Disse ainda que no mandato anterior tinha sido feito um exercício comparativo entre administração interna e administração externa face à área delegada (não só do ponto de vista de recursos humanos mas também dos recursos materiais), tendo-se chegado à conclusão de que constituiria um esforço considerável para a autarquia, em que a diferença de investimento era significativa, pelo que se optou pela gestão externa. A título de exemplo, deu nota de que se andava numa luta intensa para se encontrar pessoas com a valência de calceteiro, pois tratava-se de uma profissão em vias de extinção; no entanto considerava-se indispensável, e mesmo que a CMS deixasse de delegar, este profissional poderia sempre ser aproveitado para outras atividades. -----

Lembrou que, relativamente ao Concurso Público, este tinha as suas regras, os seus princípios e normas técnicas e que nunca se sabia quantas, nem quais, as empresas a concorrer, sendo que era fiscalizado pela CMS. Informou ainda que habitualmente é solicitada ajuda a um técnico da CMS para avaliação das propostas e que se tratava de um processo de grande rigor, seriedade e transparência; recordando que, por essa razão, a junta tinha obtido o visto do TC no mandato anterior.-----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) passou à votação do Ponto Único da ORDEM DO DIA. -----

Votação: -----

10 Votos a favor – (10 PS); -----

8 Votos de abstenção – (2 PSD;3 CDS/PP;2 BE; 1 PPM); -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

2 Votos contra – (2 CDU) -----

O Ponto Único – Apreciação e votação da proposta para autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, referente à abertura do procedimento por Concurso Internacional para «aquisição de serviços de manutenção e conservação de espaços públicos ajardinados» foi APROVADO por maioria com 10 votos a favor. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) informou que iria convocar a Comissão para a Revisão do Regimento, eleita na assembleia anterior, pelo que pediu às diversas forças políticas para abordarem o Regimento e estabelecerem as propostas que queiram apresentar em sede da Reunião da Comissão do Regimento. O Sr. presidente da Mesa lembrou os representantes eleitos: João Henriques – PS; Carlos Saldanha – CDS/PP; Rui Coelho – PSD; José Coelho – CDU, José Barroso Dias – BE, José Barandas Salgado – PPM, e informou que, durante a semana seguinte, estes vogais iriam receber um *e-mail* da AF com a convocação de uma reunião a realizar nas instalações da junta, em Massamá ou Monte Abraão, ou eventualmente para as instalações onde decorreu esta sessão. -----

O Sr. Presidente deu ainda nota de que faltava algumas forças políticas nomearem os líderes das suas bancadas, bem como os substitutos; solicitando que o fizessem para tornar possível coordenar alguns aspetos prévios em relação às assembleias de freguesia, nomeadamente a ordinária de dezembro prevista para dia 27. -----

Seguidamente, O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao 1º Secretário (João Paulo Henriques) para proceder à leitura da ata em minuta da presente sessão. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Colocada a votação, a Ata em Minuta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta (Pedro Brás).

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a Assembleia pelas 20h45m. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia



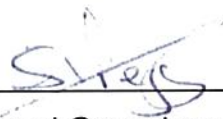
Manuel Lourenço Marques

O 1º Secretário



João Paulo Henriques

O 2º Secretário



Sandra Raquel Gonçalves Viegas